

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL *INSTITUCIONAL*

**GLAUCIA MARIA DIAS FONTOURA**

**POR QUE MARIA? AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA MULHER - ORGANIZAÇÃO  
DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ADOLESCENTES  
MORADORAS DA REGIÃO DA GRANDE CRUZEIRO**

PORTO ALEGRE

2021

GLAUCIA MARIA DIAS FONTOURA

**POR QUE MARIA? AS CONTRIBUIÇÕES DA MARIA MULHER - ORGANIZAÇÃO  
DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ADOLESCENTES  
MORADORAS DA REGIÃO DA GRANDE CRUZEIRO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Azevedo  
Neves da Silva

Porto Alegre

2021

Glaucia Maria Dias Fontoura

**POR QUE MARIA? AS CONTRIBUIÇÕES DA MARIA MULHER - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ADOLESCENTES MORADORAS DA REGIÃO DA GRANDE CRUZEIRO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Institucional.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Banca Examinadora:

---

Profª Dra Cláudia Pons Cardoso

---

Profª Dra Sonia Beatriz dos Santos

---

Profª Dra Miran Cristiane Alves

---

Profª Dra Rosane Azevedo Neves da Silva (orientadora)

Dedico à

Eva e Antonio, meus pais,

que sempre ensinaram a mim

e aos meus irmãos a importância de *estudar*.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus mentores espirituais que me sustentaram nessa jornada. *Que assim seja!*

Aos meus avós Araci e Pedro e Talita e Lucidio (*in memoriam*), especialmente à Talita pelo apoio financeiro que permitiu o início de tudo isso. *Saudade!*

Aos meus pais Eva e Antonio Carlos que sempre me apoiaram em seja qual fosse o processo formativo que eu me candidatasse. *Amo vocês!*

Agradeço à minha irmã, meus irmãos, minhas cunhadas, meu cunhado, à minha sobrinha e sobrinhos, às minhas primas e primos (em todos os graus) que sempre vibraram e torceram pelas minhas conquistas. *Vocês moram em meu coração!*

Às minhas tias e tios, especialmente à minha madrinha Maria da Graça. *Gratidão!*

À minha mana/prima/comadre Rita Helena que sempre acreditou que eu encontraria um caminho possível seja qual fosse a minha incerteza. *Obrigada!*

Às minhas colegas da Gerência Distrital Partenon - Lomba do Pinheiro por compreenderem minhas ausências. *Quero dizer que esse é o último semestre, ou não!*

Às minhas amigas “treteiras do apezinho” pela inspiração, pelo incentivo e parceria, antes, durante e depois dessa empreitada. *Que nunca nos falte perlage!*

Às amigas que a vida deu, e que mesmo agora, nesta pandemia, sempre deram um jeito de certamente me acalantar quando eu estava mais frágil. *Gratidão!*

À minha Turma do Mestrado de 2018, pelas trocas e pelos ensinamentos. *Hotep!*

Aos meus colegas SUListas, pelos encontros de quintas-feira à tardinha sempre cheios de afetos e conhecimentos. Em especial, ao Tiago Rodrigues, pela leitura atenta, criteriosa, e pelos incentivos para seguir adiante. *Orgulho de participar desse coletivo!*

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva que afetuosamente acolheu minha ideia de pesquisa e com sabedoria me conduziu até aqui. *Meu muito Obrigada!*

Às Marias que sempre me inspiraram e contribuíram, mesmo sem dimensionar o quanto, com essa produção. Em especial à Maria Conceição pela leitura atenta e especializada e às fundadoras pela iniciativa de criar Maria Mulher- Organização de Mulheres Negras. *Uma vez Maria, sempre Maria!*

Por último e não menos importante, minha eterna gratidão às adolescentes, agora jovens mulheres, que toparam contribuir com a minha pesquisa. Quero dizer que

essas singelas palavras não excluem o prometido churrasco pós-pandemia. *Que seja logo!*

## RESUMO

Este trabalho resgata a experiência junto a um grupo de jovens que participaram de 2004 a 2012 das oficinas de promoção da cidadania oferecidas pela ONG Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras. Nosso objetivo é conhecer de que modo a participação nas oficinas contribuiu na construção identitária dessas jovens e nas suas escolhas de vida. O trabalho situa-se em uma abordagem afroperspectivista, tomando as contribuições de autoras negras para fundamentá-lo do ponto de vista teórico e metodológico.

**Palavras-chaves:** Mulheres Negras; Feminismo; Identidade; Racismo; Saúde Mental.

## **ABSTRACT**

This work rescues the experience with a group of young people who participated from 2004 to 2012 in the workshops to promote citizenship offered by the NGO Maria Mulher - Organization of Black Women. Our goal is to find out how participation in the workshops contributed to the identity construction of these young women and their life choices. The work is based on an Afroperspectivist approach, taking the contributions of black authors to support it from a theoretical and methodological point of view.

**Keywords:** Black women; feminism; identity; racism; mental health.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 - GÊNERO, RAÇA E CLASSE .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2 - POR QUE MARIA? .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Quem são as Marias? .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Marias pelo mundo .....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 O Solo das Marias .....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 3 - MARIAS EM RODA .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 4 - TRAÇOS E TROCAS DE MEMÓRIAS E AFETOS: CONVERSÇÕES DAS MARIA.....</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO B - Termo de Consentimento Institucional .....</b>	<b>51</b>

## APRESENTAÇÃO

O início dessa caminhada se deu anos atrás quando, durante a graduação, aceitei o convite para conhecer uma organização de Mulheres negras que atendia mulheres em situação de violência doméstica no bairro Cruzeiro do Sul, próximo à minha residência. Encantada com a proposta daquele trabalho, me apresentei para a vaga de estagiária que naquele momento se fazia necessária para acompanhar um novo projeto da organização voltado à promoção da cidadania de adolescentes da região.

As vivências foram inúmeras, lá passei longos 10 anos de convivência com as jovens, vendo-as se tornarem mulheres e protagonistas de suas histórias de vida. Em contrapartida, eu também fui me transformando e aprendendo com elas e com todo o corpo técnico que compunha a organização.

Mulheres negras, como poderemos ver adiante, são mulheres presentes e atuantes no movimento de enegrecimento do movimento feminista brasileiro. Este processo foi se dando a partir das questões colocadas por essas ativistas, mulheres negras feministas, que foram trilhando caminhos diversos construídos a partir de outros referenciais.

[...] as outras do feminismo recusam definições extemporâneas as suas próprias experiências transformando o desconforto em ponto de vista [...] o olhar histórias vividas por mulheres negras e de classes trabalhadoras que sempre encontram formas de lidar com adversidades [...] (CARDOSO, 2013, p. 10).

O trabalho desenvolvido na organização ia além da prática clínica e da escuta atenta e cuidadosa. Assim como as jovens, nós do corpo técnico também tínhamos nossos momentos de aprendizagem. Para mim, que vinha do espaço asséptico de uma universidade privada, tratava-se de ver a vida como ela é para uma grande parte da população negra da cidade de Porto Alegre.

Assim aconteceram as experiências finais da minha graduação e o início da vida profissional: quando partilhei, entre 2004 e 2012, junto com outras colegas, a experiência de coordenar um grupo vinculado à Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, que tinha por objetivo promover a cidadania de meninas e adolescentes de comunidades vulneráveis da cidade de Porto Alegre e moradoras da região da Grande Cruzeiro do Sul.

O flerte com o mestrado começou em 2008, quando me candidatei a uma bolsa para pós-graduação pela Fundação Ford. É claro que só a bolsa não me garantiria o ingresso ao mestrado, porém possibilitaria uma ampliação das possibilidades de seleção. Esta foi uma primeira tentativa, que trouxe seus ensinamentos.

Ensinamentos estes que me foram bastantes úteis na outra tentativa que fiz em 2012, dessa vez pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Eu passei, mas não em condições de ser contemplada com uma bolsa, o que inviabilizou totalmente o prosseguir. Por conta disso, decidi que se fosse pra fazer mestrado, seria na Universidade Federal.

Assim foi. Dei um tempo para investir em outros projetos e um deles acabou me aproximando do mestrado; em 2017 iniciei um projeto de acolhimento a jovens estudantes negros de instituições de ensino superior, junto com outros profissionais - um psicólogo e uma terapeuta ocupacional. Porém em 2018 no primeiro ano de reserva de vagas na pós-graduação no PPG de Psicologia Social Institucional, pensei que daria uma última chance, e deu tudo certo - entrei.

Um dos primeiros aprendizados que tive foi de que o tempo do mestrado é curto demais para não aproveitar nossas expertises. Sendo assim, compreendi que, como *sankofa*<sup>1</sup>, teria que voltar ao passado e apanhar o que ficou para trás, a fim de ressignificar alguns aprendizados na direção de um presente e um futuro melhores. Assim, lá fui eu escaneando o passado e resgatando uma das experiências mais enriquecedoras de minha trajetória.

Elisa Larkin do Nascimento em sua coletânea *SANKOFA: Matriz Africana no Mundo* (2008, p. 31) diz que “o ideograma *sankofa* simboliza esse resgate em várias dimensões”, e foi considerando a dimensão e a relevância histórica da trajetória de Maria Mulher Organização de Mulheres Negras que me propus a voltar ao passado e resgatar esse tempo compartilhado com as Marias e as jovens que participaram do

---

<sup>1</sup> “Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) é um pássaro africano de duas cabeças que, segundo a filosofia do povo Akan, significa “nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás”. Em outras palavras, podemos ler como o retorno ao passado para ressignificar o presente”. CERQUEIRA, Jéssica. **AfroeducAÇÃO**, 22/05/2016. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/afrika/11650/irin-afrika-a-mensagem-subliminar-esculpida-em-antigos-por-toes>>. Acesso em:18/06/2021

Programa Reciclando a Cidadania de Meninas e Adolescentes em Situação de Risco e Vulnerabilidade Social<sup>2</sup>.

Para falar desse resgate, trago, para instrumentalizar nossa conversa, um pouco do arcabouço teórico que adquiri no convívio com aquele grupo de mulheres jovens e adultas. Antes de iniciar minhas atividades na Organização, os conhecimentos que eu tinha não possuíam um recorte racial. Além disso, a realidade que encontrei era muito diferente da que eu conhecia até então, e muito reveladora.

Ao compor esse coletivo, seja como estagiária e depois nos primeiros anos da vida profissional, me foi proporcionada a experiência de estar com muitas das autoras presentes aqui nesta escrita da dissertação, na minha vida e nesta banca. Também não posso deixar de mencionar que todas as que compuseram tanto o corpo técnico quanto as beneficiárias dos serviços oferecidos pela Organização foram igualmente fontes de conhecimento.

Início trazendo um pouco das minhas percepções sobre gênero, raça e classe, entendendo que esses três conceitos balizam minha pesquisa e minha prática profissional. Ao escolher racializar minha pesquisa, entendo ser importante para o movimento social negro ter opções de instrumentalização técnica e científica sobre o trabalho de organizações não governamentais como o Maria Mulher. Associar gênero, raça e classe é imprescindível, pois as mulheres, especialmente as negras, são as que frequentemente ocupam as piores posições nos indicadores sociais e econômicos do país e, em razão disso, não há como não trazer essa contextualização.

A motivação para desenvolver esse tema se deu em consequência dessa experiência ter sido transformadora na minha construção enquanto mulher negra, psicóloga e que hoje retorna a essa instituição para falar desse trabalho e de suas contribuições. Não se trata somente de reviver histórias e memórias para pensar o presente, é também uma forma de perceber o que está por vir.

A compreensão de um tempo outro que se dá de modo integrado, pois somos uma grande teia, onde passado e presente movimentam-se continuamente na busca da construção de um futuro melhor, tecido pelo bem viver (MACHADO, 2020, s/p).

---

<sup>2</sup> “O Programa desenvolve projeto com atividades e parcerias voltadas para o enfrentamento à violência doméstica e sexual, possibilitando a reconstrução emocional das meninas e adolescentes”. MARIA MULHER. Cartilha Jovens Lideranças. Série **Nós Mulheres Negras!** 4. Porto Alegre, 2008.

Trazendo um pouco mais de Adilbênia Freire Machado, filósofa, mestra e doutora em Educação (2020, s/p), “nossa história é potência, vivência, experiências [...] é movimento de cada coisa dentro de um todo, respeitando as singularidades e as diversidades em meio à unidade”. O movimento de mulheres é diverso até mesmo entre mulheres negras, pois as experiências que nos constroem fazem com que, mesmo em um coletivo, sigamos caminhos diferentes e únicos.

No caso das mulheres negras, suas experiências de vida são pautadas por relações de poder que assumem diversificadas configurações que, conscientemente ou não, as mantêm sob o jugo machista e branco. Enfrentam diferentes formas de opressão que não se resumem a gênero ou a forma desigual com que são estabelecidos os papéis sociais e distribuído o poder que cada qual assume na relação com o outro. As formas de opressão confundem-se em relações mais complexas, históricas e variadas que se inter-cruzam e refletem, principalmente, as relações de poder de um grupo sobre o outro (SILVA, 2000, p. 30).

O objetivo da pesquisa foi analisar os efeitos que a experiência nas oficinas de Maria Mulher, realizadas entre 2004 e 2012, produziu na vida das jovens que ali participaram e como elas percebem hoje a implicação daquelas vivências nas suas escolhas de vida e de autocuidado e em relação ao racismo. O racismo, além de violar direitos sociais, prejudica a saúde psíquica dos indivíduos, podendo fazê-los desenvolver sintomas psicossomáticos, inibições, impedimentos (de acesso, de participação), especialmente na experiência de negritude, e/ou desenvolver uma autoimagem distorcida, descolada da própria realidade e racialidade.

Em outras palavras, considerando que o racismo atinge a todas e todos, provocando sofrimento psíquico e pedindo cura política e psíquica, a expectativa com esse estudo foi analisar os efeitos daquela experiência nas condutas e escolhas de vida dessas jovens e, além disso, verificar de que forma elas percebem aquele trabalho e se nos dias atuais se produziria o mesmo resultado.

## CAPÍTULO 1

### GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Somos seres humanos como os demais, com diversas  
visões políticas e ideológicas.  
Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo  
sendo preta.  
Sueli Carneiro (2000)<sup>3</sup>

Antes de enveredar pelo tema proposto nesta pesquisa, acho importante iniciar trazendo alguns pontos para sustentar nosso debate. Primeiramente, trago a questão de gênero, pois minha pesquisa se dá com jovens mulheres periféricas da cidade de Porto Alegre.

Para isso, tomo a obra da pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyewúmi *Conceituando Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e desafio das epistemologias africanas* (2004), que coloca que o gênero e as categorias raciais surgem como dois eixos fundamentais em torno dos quais as pessoas foram exploradas, classificadas e estratificadas na sociedade moderna. A autora delimita como foco de sua explanação o sistema de família nuclear, que é uma forma especificamente europeia utilizada para conceituar gênero. O seu trabalho busca encontrar modos de existência próximos às realidades africanas que possam contribuir para essa construção teórica, a despeito do racismo estrutural que se opera. Ela destaca o trabalho dos grupos feministas por usarem

[...] seu poder recém-adquirido nas sociedades ocidentais para transformar o que antes eram vistos como os problemas particulares das mulheres em questões públicas. Eles mostraram como problemas pessoais das mulheres na esfera privada são de fato questões públicas constituídas pela desigualdade de gênero da estrutura social (OYEWÚMÌ, p. 2, 2004).

Isto torna o gênero um ponto de partida de investigação por sua construção sociocultural. Importante dizer que quando se fala da categoria gênero rapidamente se remete ao gênero mulher, e isso traz outro ponto de crítica por se tratar geralmente de uma mulher de raça branca, não contemplando as de outras raças. Pensando nisso, o enegrecimento do movimento feminista foi o que trouxe luz ao debate das opressões interseccionais de raça, gênero e classe e todas as suas

---

<sup>3</sup> Sueli Carneiro: “Não me consta que o Pitta não tenha consciência de sua condição de negro. Não se tem notícia dele como ativista. (...) Somos seres humanos como os demais, com diversas visões políticas e ideológicas. Eu, por exemplo, entre esquerda e direita, continuo sendo preta”. (“Caros Amigos”, n. 35, fev 2000)..

contradições, e quem com maestria discorre sobre o enegrecimento do movimento feminista é a autora Sueli Carneiro:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu mulheres negras a enfrentar no próprio interior do movimento feminista as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres particularmente entre negros e brancos no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Sueli Carneiro coloca que não temos como falar sobre a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro sem apontar para a necessidade de enegrecer o feminismo, a fim de se criar uma agenda específica que trabalhe as questões da mulher negra, por entender que se não fossem elas fazendo por elas mesmas não teria quem o fizesse.

Lélia Gonzalez (1984), em muitos dos seus escritos, fala também com maestria sobre o lugar da mulher negra para o movimento feminista, ou melhor, do não lugar, pois até mesmo no movimento feminista a dimensão racial não era considerada. Ainda hoje, em uma perspectiva bastante colonial, o lugar que nos é reservado ainda é o lugar de subserviência e silêncio.

O poder colonial nunca teve compromisso com as políticas de identidade, pois aposta em um projeto político de colisão de diferentes povos e comunidades, mantendo os sistemas de opressão. Para Susana de Castro (2019), Doutora em Filosofia pela Ludwig Maximilian Universität München e professora da UFRJ, os descolonialistas, no entanto, não levaram em consideração que a permanência da diferença colonial pode estar fundada tanto na ordem econômica capitalista e na geopolítica do conhecimento, como nas relações de gênero.

Outras leituras, como a de Maria Lugones (2014), também trazem que:

Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”. Tais seres são como sugerir, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero (LUGONES, 2014, p. 939).

Dito de outro modo, não questionar o papel que a mulher pode ter na sociedade e que a partir dele se mediam suas relações sociais e políticas, é um descuido com as conquistas que o movimento feminista produziu até os dias de hoje. De acordo com a antropóloga Verena Stolcke (1991, p. 103), “as

características raciais, assim como as étnicas, são formulações simbólicas e a sociedade de classes tende a naturalizar as desigualdades". Seguindo, a autora afirma que "essa naturalização é um subterfúgio ideológico destinado a conciliar o irreconciliável. [...] igualdade de oportunidade para todos os seres humanos nascidos livres e iguais com a existência real de desigualdade socioeconômica" (STOLCKE, 1991, p.103.). Para além das desigualdades de raça e gênero, chamam atenção as diferenças de classe que não deixam dúvidas quando olhamos para a discrepância no acesso ao mercado de trabalho e salarial.

Para a filósofa Maria Lugones (2014), a introdução das expressões de gênero são marcadas pela oposição entre as tarefas e comportamentos dos dois sexos, cabendo à mulher o ambiente doméstico separado do ambiente social e político e, para além disso, também podemos concluir, a partir de estudos publicados nos últimos anos, que para a população preta e parda apresenta uma série de desvantagens em relação à população branca.

A população de cor ou raça preta ou parda situa-se também, em maior proporção, abaixo das linhas de pobreza, e reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor ou raça branca (IBGE, 2019).

Tudo isso aponta para a importância de se racializar toda perspectiva de gênero. Nesse sentido, as mulheres negras, na medida em que foram se organizando e participando do movimento de mulheres e do movimento negro organizado, passaram a perceber que, além da opressão de gênero, também operava em suas relações a opressão racial.

Enegrecendo ainda mais nossas reflexões, chegamos a outra autora que também nos auxilia a pensar sobre esse feminismo descolonial, que é Lélia Gonzalez, a quem Cláudia Pons Cardoso (2014), nomeia como uma intelectual e feminista negra brasileira que, nos anos de 1980, refletiu atentamente sobre a realidade de exclusão das mulheres na sociedade brasileira, principalmente das negras e indígenas. Para Cardoso (2014, p. 112), Lélia Gonzalez atuou como "forasteira de dentro" (*outsider within*), como define Patrícia Hill Collins (1986), questionando "a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras", inaugurando também "a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento".

Enfim, até os dias de hoje, pensar o lugar do negro na sociedade é sempre algo que nos mobiliza e é uma pauta inesgotável. Para Nascimento (2003, p. 206), “a questão racial gira em torno da questão de gênero, da mesma forma que a questão de gênero gira em torno da questão racial, ou seja, os dois são pivôs um do outro”. As relações entre o gênero e as categorias raciais surgem como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, classificadas e estratificadas na sociedade moderna.

Conforme colocamos anteriormente, para Oyèrónké Oyewúmi (2004), o sistema familiar nuclear é uma das formas especificamente europeias utilizadas para conceituar gênero a partir de uma perspectiva feminista. Mas de que família nuclear falamos neste trabalho? Aquela considerada tradicional construída a partir de uma mulher subordinada a um marido e filhos e filhas, ou já temos contempladas as famílias atuais, em que por vezes a mulher é quem ocupa o lugar de liderança e não está circunscrita ao âmbito do lar e à maternidade?

Um outro cuidado que precisamos ter quando falamos da categoria gênero é que, embora rapidamente se remeta ao gênero mulher, não estão contempladas a classe e a raça. Por isso, ao racializarmos as questões de gênero, conseguimos incluir as mulheres negras que até então ficaram à margem nessa premissa. As mulheres negras, diferentemente das de outras raças e etnias, viveram em nossa sociedade uma experiência bem diferente, onde o nível de opressão foi em uma intensidade muito maior.

Para nós, mulheres negras, o mito da fragilidade feminina nunca fez parte de nossa realidade. Segundo Carneiro (2011), nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis.

Deste modo, quando trazemos a questão racial para pensar o lugar das mulheres negras em nossa sociedade, precisamos superar muitas desigualdades, em especial o racismo. No Brasil, o racismo, ainda que considerado um crime inafiançável, não tem atenuado nem tampouco diminuído seus efeitos psíquicos nas vivências e na subjetividade da população negra, uma vez que se utilizam de vários mecanismos que perpetuam o preconceito racial na sociedade brasileira.

Um destes mecanismos muito comuns e utilizados até os dias de hoje é o silenciamento, e quem discorre de forma brilhante sobre esse tema é a autora Grada Kilomba em um dos seus textos mais conhecidos: em *A Máscara* (1997), a autora coloca que o silenciamento ou a falta de eco em nossas falas, potencializa formas de discriminação racial que nos adoecem.

Por fim, toda essa desigualdade racial e social faz uso de mecanismos ardilosos para sua perpetuação, o que se reflete em uma escola de baixa qualidade, assim como também no acesso à saúde, à segurança pública e ao lazer. Itens fundantes na constituição de uma identidade étnica saudável, no sentido de uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos (Gonzalez, 1988).

São essas ações que constituem a prática de atividades que os indivíduos desempenham de forma deliberada em seu próprio benefício com o propósito de manter a vida, a saúde e o bem-estar e compartilhar com outros. Assim, essas práticas, por vezes voluntárias e intencionais, atingem especificamente a autoestima de muitas mulheres, contribuindo para a integridade estrutural, ou melhor, para o funcionamento e o desenvolvimento humano.

Silvio Almeida no prefácio do livro *Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje*. de Assad Haider (2019, p. 7),, apresenta uma interessante reflexão sobre raça e identidade: “a identidade é portanto ao objetivo vinculado à materialidade do mundo as pessoas não brancas como Haider e eu (Silvio Almeida) somos pensados através da identidade ainda que nela não pensamos”. Parece óbvio que quando se pensa em falar de raça, a primeira coisa que vem é a raça negra como se outras raças não fossem racializadas e não necessitasse pensar a partir dessa questão.

Outra possibilidade para a construção autônoma do sujeito, ou seja, de um sujeito que se inventa livremente, se manifesta na arte do cuidado de si. O cuidado de si não é o cuidado de interesses (riqueza, privilégios e poder), mas, antes, um exercício filosófico. Práticas racionais e voluntárias pelas quais as pessoas não apenas determinam para si mesmas regras de conduta, como também buscam transformar-se.

Modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 2004). A liberdade do cuidado de si somente pode ser experimentada como tal se for uma experiência ética do sujeito em sua própria verdade, uma experiência sempre singular e intransferível. A liberdade em pensamento, a liberdade em movimentos independentes da alma e sem arrebatamento final. Nos exercícios agonísticos das artes de si, o sujeito e a verdade não estão vinculados ao exterior ou a algum poder que vem de cima, mas unicamente a uma escolha irredutível de existência.

As identidades se constroem de diversas formas e se moldam a partir das forças que circundam o sujeito, e quando eu falo em forças podemos ler das instituições sociais que paulatinamente e incansavelmente vão moldando as pessoas e, analisando o contexto em que vai se construindo, trago o conceito construído por Manuel Castells no livro *O poder da identidade* (2000, p. 56) em que “para cada tipo de processo de construção da identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade” para os diferentes tipos de identidade possíveis, considerando as instituições e o meio nas quais ela se desenvolve.

## CAPÍTULO 2

### POR QUE MARIA?

Maria, Maria, é um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece viver e amar  
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca possui  
A estranha mania de ter fé na vida

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca possui  
A estranha mania de ter fé na vida

**Milton Silva Campos Do Nascimento/ Fernando Brant<sup>4</sup>**

O Brasil, durante a década de 1990, vivia um momento extremamente profícuo para o nascimento de ONGs<sup>5</sup> que tinham como missão dar atenção e visibilidade às mais diferentes causas.

As organizações não governamentais de mulheres negras não constituem a única forma pela qual as mulheres negras têm se engajado coletivamente na luta contra as formas de opressão no país. Muitas mulheres negras encontram-se organizadas em associações de moradores (Perry, 2004; Perry, 2005), em partidos políticos, sindicatos, grupos culturais, artísticos, literários (Souza e Evaristo, 1998) e em organizações religiosas, tais como as de matriz africana (Theodoro, 1996; Joaquim, 2001, Yemonjá, 2002; Bernardo, 2003), as pastorais da Igreja Católica e mesmo em alguns setores de igrejas protestantes – a exemplo da Igreja Metodista. Essa pluralidade da organização coletiva das mulheres negras no Brasil ainda está por ser apropriadamente analisada e explorada como formas expressivas do antirracismo produzido pelas mulheres afro-descendentes no país (WERNECK apud SANTOS, 2009, p. 276)

---

<sup>4</sup> Maria, Maria interprete Milton Nascimento, Compositores: Milton Silva Campos do Nascimento e Fernando Brant, 2004

<sup>5</sup> As organizações não governamentais (ONGs) são entidades privadas, da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo propósito é defender e promover uma causa política.

Muitas dessas formas de organização exerciam um papel fundamental na formação de crianças e jovens, principalmente daqueles que moravam em comunidades vulneráveis e algumas têm, até hoje, um trabalho voltado à formação cidadã, promoção de saúde, prevenção de doenças e iniciação ao mercado de trabalho.

Embora a guetização tenha sido projetada para fomentar o controle político e a exploração econômica dos negros estadunidenses, a vizinhança exclusivamente negra também serviu como espaço à parte, no qual mulheres e homens afro-americanos puderam usar ideias de matriz africana para desenvolver saberes de resistência voltados contra a opressão racial (COLLINS, 2019, p. 44).

Conforme as comunidades negras de Porto Alegre foram sendo realocadas nas periferias, uma estratégia higienista muito comum nas cidades em desenvolvimento, proporcionou a criação de comunidades de famílias com perfis muito semelhantes. Ao mesmo tempo, serviu para que nesses espaços se organizassem e criassem pequenos quilombos.

Como mães, mãe de criação, professores e religiosas, em comunidade corais e bairros urbanos basicamente negros, as estadunidenses negras participaram da construção e da reconstrução desses saberes de resistência. E foram crescendo e se fortalecendo (COLLINS, 2019, p. 45).

Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, surgiu pela atuação de cerca de trinta mulheres negras. Havia algumas que participavam do movimento social negro. Outras vinham do movimento feminista. Umas eram sindicalistas. O grupo tinha também mulheres negras que não pertenciam a qualquer movimento.

Passados alguns anos de atuação, tanto Maria Mulher quanto outras organizações com a mesma finalidade mostram que seus trabalhos foram fundamentais para o fortalecimento das mulheres negras na sociedade.

Afinal, o conhecimento é o que nos dá liberdade para escolher nosso futuro e transformar nosso caminho, e as mulheres negras, de modo geral, sempre souberam contornar os obstáculos que, ao longo dos anos, foram colocados no seu caminho. Maria Conceição Lopes Fontoura, uma das fundadoras da Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, em seu artigo que analisa as produções escritas da Organização diz:

Do mesmo modo que o conhecimento significa poder, a sua ausência é sinônimo de dominação. *Maria Mulher* (grifo da autora), tendo em vista universalizar as informações, apresenta escritos em sua área de atuação. [...] A dificuldade de acesso aos modernos meios de comunicação impede que as mulheres negras recebam informações. A comunicação é

fundamental para aquisição de conhecimentos e estes representam poder, mesmo que simbólico. Quem sabe domina, quem não sabe é dominado (2002, p. 132).

Nesse sentido Maria Mulher, ao longo dos anos, organizou várias publicações que esmiuçavam vários temas importantes para o movimento de mulheres negras, trazendo relatos dos trabalhos que a organização desenvolvia e de orientação tanto à sociedade quanto a outros profissionais do ramo. No entanto, mais do que produzir documentos de orientação, Maria assume também a responsabilidade de promover ações de *advocacy*<sup>6</sup> e compor os mais diferentes aparelhos de controle social da cidade de Porto Alegre e, em especial, da sua região.

A organização vai gradualmente se tornando referência na orientação de outros profissionais quando o tema é Mulheres em situação de violência, assim como na formação antirracista de organizações e coletivos que tenham sido apontados como responsáveis por pactuar com situações de discriminação racial, com a promoção de oficinas de desconstrução do racismo e o Programa SOS Racismo.

A partir das atividades desenvolvidas, atendendo mulheres da região, estejam elas em situação de violência ou em vulnerabilidade social, Maria Mulher amplia suas atividades para dar conta da demanda de jovens e mulheres da região. É nesse contexto que, mesmo tendo laços familiares com uma das fundadoras da organização, somente em 2004, a convite de uma colega, me aproximo dessa organização, buscando conhecer um espaço tido como referência no atendimento a mulheres em situação de violência.

Maria Mulher tornou-se referência no atendimento a essa população, tanto pelas situações da violência cotidiana, quanto pela violência doméstica ou até mesmo pela vulnerabilidade social, visto que a renda per capita das pessoas moradoras daquela região girava em torno de um salário mínimo.

Esses espaços não são apenas seguros - eles foram locais privilegiados de resistência à objetificação como o Outro. Nesses espaços, as mulheres negras observam as imagens femininas da cultura 'mais ampla', percebem que esses modelos são, na melhores das hipóteses, inadequados e, na pior, destrutivos para elas, e seguem o propósito de se definir como base de

---

<sup>6</sup> *Advocacy*, na atualidade, é utilizado como sinônimo de defesa e argumentação em favor de uma causa. É um processo de reivindicação de direitos que tem por objetivo influir na formulação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Fonte: ADVOCACY: O QUE É? **Revista Eletrônica Politize**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/advocacy-o-que-e/>>. Acesso em 22 jun. 2020.

modelos femininos negros históricos vigentes em sua própria comunidade (COLLINS, 2019, p. 185).

Por muito tempo, assim foi reconhecido Maria Mulher em sua comunidade, como um espaço seguro para mulheres negras e, especialmente, para mulheres negras em situação de violência doméstica ou em situação de vulnerabilidade social e econômica. Entendendo que essa situação era transgeracional, Maria inicia sua atuação junto a jovens e adolescentes para que, ao chegarem à vida adulta, tivessem oportunidade de fazer outras escolhas para suas vidas.

## 2.1 Quem são as Marias?

Maria Mulher é composta por um grupo de mulheres oriundas de outras organizações do movimento social negro que desenvolviam suas ações na cidade de Porto Alegre entre as décadas de 1970 e 1980.

Resguardadas particularidades os movimentos feminista e negro ressurgem no Brasil em meados dos anos 70 em plena ditadura militar tendo como eixos básicos a luta pela democracia, a extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania. Porém em ambos os movimentos as mulheres negras aparecem como sujeitos implícitos partiu-se de uma suposta igualdade entre as mulheres assim como não foi considerado entre negros as diferenças entre homens e mulheres (RIBEIRO, 1995 p. 446).

Nessa ocasião, algumas dessas mulheres participantes de tais grupos, entendendo que como se apresentavam, não estavam dando conta das questões de gênero e resolvem se reorganizar em função de área de interesses de suas/seus integrantes e, assim, estudar mais a fundo tal questão. A partir daí, nasce Maria Mulher.

Como mencionado anteriormente, foram anos onde muitas mulheres negras se organizaram para fazer a diferença em suas comunidades, por meio da defesa dos direitos das mulheres, construção da cidadania de meninas e adolescentes, promoção da igualdade racial, a intervenção política e a linha de documentação, pesquisa e informação. O movimento negro se fortalecia, mas a interface/intersecção raça-gênero ainda era uma pauta que recebia pouca atenção e as mulheres negras acreditavam ser importante ampliar essa discussão.

Ainda, para além das fronteiras da sua comunidade, não há como não falar da importância do protagonismo de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras na mobilização de outras organizações de mulheres negras brasileiras. Na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e

Intolerância Correlata que aconteceu em Durban no início dos anos 90, a participação de Maria Mulher teve destaque:

Entre as diferentes iniciativas desenvolvidas destaca-se a Articulação de Organizações de Mulheres Negras brasileiras pró Durban, composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Crioula, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledés / Instituto da Mulher Negra de São Paulo e pelo Maria Mulher do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 2002, p. 210).

A luta para interromper a violação de direitos das mulheres, em especial das mulheres negras, era, e é até hoje, pauta não só dessas três organizações citadas acima, como de muitas outras organizações que apresentarei no próximo capítulo. É importante olhar para o passado para entender como tudo começou, a pesquisadora Sônia Beatriz dos Santos em sua pesquisa sobre a ação política das organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras no Brasil (p. 278, 2009) diz que:

A história nos revela que desde a escravidão, o Brasil tem violado o direito das mulheres negras utilizando-se da exploração de seu trabalho e da apropriação de seus corpos para a exploração sexual e reprodutiva. Estes são também os instrumentos principais utilizados pelo Estado para justificar a discriminação, a violência e a segregação raciais contra a população afro-descendente.

Para a Walkyria Chagas da Silva Santos(2015, s/p): “Ser mulher e negra no Brasil significa estar inserida num ciclo de marginalização e de discriminação social”. De fato, são muitos os empecilhos que são postos para as mulheres ascenderem socialmente e quando racializamos a luta, outros impedimentos são postos no caminho.

Ascender socialmente não é algo fácil para a mulher negra, são muitos obstáculos a serem superados. A vergonha de si é produtora de sofrimento psíquico e adoece não somente nosso corpo físico, como o psíquico e nossas relações com os outros e nosso modo de nos colocarmos no mundo. Mais um vez, a escritora estadunidense Patricia Hills Collins (2019, p. 183), ao descrever as condições das mulheres negras de lá, consegue traduzir a realidade das mulheres negras daqui: “a questão da busca de uma voz própria para expressar um ponto de vista coletivo e auto definido das mulheres negras continua sendo central no pensamento feminista negro”.

Retomando Santos (2009, p. 278), ao considerar os impedimentos que a modernidade apresenta, não há como não relacionar a herança deixada pelo período escravocrata no pensamento popular em que as mulheres negras só serviam para trabalhar como domésticas ou exibindo seus corpos. O racismo ainda é produtor de desigualdade e faz uso de mecanismos ardilosos para sua perpetuação, o que se reflete numa fragilização do que entendemos como identidade étnica saudável.

Entre as mulheres negras o período escravocrata deixou muitas crenças a serem desconstruídas: as mulheres brancas são aquelas a serem protegidas, enquanto as mulheres negras eram conhecidas como mulheres fortes que poderiam ser violadas física e psiquicamente, pois não teriam sequelas. Poderiam desempenhar qualquer tarefa, digna ou não, não tendo direito a maiores aspirações sociais, educação e saúde.

Para desmontar essas crenças desfavoráveis, inicialmente o movimento negro brasileiro, na sequência com a participação ativa das mulheres negras, vem lutando incessantemente na desconstrução de tais crenças e para que negras e negros tenham o seu lugar de merecimento na sociedade brasileira. Carneiro (2018, p. 14) vai dizer que:

Os esforços de integração do negro na sociedade brasileira esbarram constantemente na ausência, por parte dessa mesma sociedade, de um projeto efetivo de integração social do negro como exaustivamente vem sendo demonstrado pelos estudos relativos ao negro brasileiro.

Considerando o exposto nesses estudos que tenho trazido até então, reflito sobre as implicações disso na construção da identidade de jovens negras no Brasil, pois identidade e subjetividade têm sido termos bastante utilizados no ambiente acadêmico e pretendo neste texto me deter mais na questão identitária, entendendo que a construção da identidade se dá também pelas relações que estabelecemos.

Nesse sentido, a cultura de um povo ou o conjunto de suas práticas culturais constitui parte substantiva daquilo que chamamos de identidade (Santos, 2010, p.1), e ações coletivas favorecem uma construção positiva de identidade a essas jovens negras, uma vez que elas se depararam com profissionais semelhantes a elas, não só no gênero, como também fenotipicamente, pois se tratavam de jovens negras

sendo atendidas por profissionais negras das mais diferentes áreas profissionais. Para Nilma Lino Gomes (2002, p. 39):

Enquanto dois processos densos, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais, a educação e a identidade negra estão imersas na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, e são incorporadas, ao mesmo tempo em que incorporam, à dinâmica do particular e do universal.

Aqui, no Rio Grande do Sul, um estado onde a colonização europeia se fez mais presente, essas organizações possuem um trabalho fundante para a re-existência de nós, mulheres negras, na preservação dos direitos sociais, sexuais, reprodutivos e do mundo do trabalho.

Uma análise acurada sobre a história contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras nos permite identificar a complexidade desses objetos de lutas, originados a partir de questões sociais, políticas e econômicas. São também esses objetos de lutas os motivos que levariam na década de 1970 uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando o feminismo negro no país. (SANTOS, 2009, p. 276).

Por não se sentirem contempladas nas discussões tanto do movimento social negro, naquele tempo formado por homens negros e mulheres negras, quanto pelo movimento feminista emergente, nos quais suas temáticas específicas também não eram contempladas, nasce o Grupo Maria Mulher. De acordo com relatos orais de suas fundadoras, tratava-se de um grupo de estudos que servia para muitas mulheres negras porto-alegrenses, que já atuavam no movimento negro local e buscavam encontrar o seu lugar naquele movimento, se instrumentalizarem para garantir a preservação de seus direitos.

A partir de seus estudos acerca da condição da mulher negra na cidade de Porto Alegre, chamavam atenção os indicadores sociais, os quais demonstravam que as condições de vida das mulheres negras apresentavam números preocupantes em vários quesitos (violência doméstica, moradia, acesso ao ensino, condições de trabalho, entre outros). Maria Mulher pauta seu trabalho a partir de algumas linhas de atuação voltadas, principalmente, à defesa dos direitos de populações marginalizadas e excluídas, em especial das mulheres negras, daquelas em situação de violência doméstica e vivendo com HIV/AIDS, por meio de cinco linhas de atuação:

1. A defesa dos Direitos das Mulheres - com desenvolvimento do Programa Construindo a Cidadania de Mulheres em Situação de Violência Doméstica;
2. Construção da Cidadania de Meninas e Adolescentes - com o desenvolvimento de projetos e atividades que possibilitem às meninas/adolescentes construírem ações de intervenção na sociedade;
3. Promoção da Igualdade Racial - com o desenvolvimento de atividades que contribuam para a garantia dos direitos e a cidadania da população negra;
4. Intervenção Política - articulação com os movimentos sociais de negras e negros, feministas e mulheres, além de pareceres institucionais;
5. Documentação, Pesquisa e Informação - sistematização e disseminação da produção das atividades e projetos.

Reunindo sua expertise acumulada e o trabalho com as mulheres negras da região, a Organização percebeu que para desenvolver um trabalho mais efetivo deveria iniciar uma geração antes, com as adolescentes. Sendo assim, passou a realizar também oficinas permanentes com adolescentes, muitas delas filhas, amigas e/ou vizinhas das mulheres que já faziam acompanhamento, seja por vulnerabilidade social, violência intrafamiliar, social, institucional, entre outras.

A oficina com as adolescentes oferecia encontros temáticos e culturais, assim como atividades de lazer. Mesmo trabalhando com temas emergentes e atuais, a organização, por ser um espaço gerido e composto exclusivamente por mulheres negras, mantinha o recorte racial sempre presente.

Além das reuniões formativas que Maria Mulher proporcionava ao seu corpo técnico, nas quartas-feiras à tarde, as técnicas/pesquisadoras também desenvolviam seus estudos e produziam conteúdos que acabavam por se tornar referências para nós, profissionais em formação. Tanto as profissionais quanto as estagiárias trocavam conhecimentos de modo a se prepararem para perceber, escutar e encaminhar as questões de ordem física, mental e social presentes nas vidas das mulheres que procuravam a instituição.

Além disso, aquele espaço de promoção da autoestima das jovens e suas famílias, por encontrarem ali pessoas iguais a elas, facilitava o compartilhamento de suas vivências. Passar pela experiência de frequentar as oficinas ou cursos na Maria

Mulher tornava-se, assim, um balizador na vida delas, como poderemos ver mais adiante nas falas das jovens que participaram desta pesquisa.

Tecer relações sociais numa sociedade desigual preconiza aos sujeitos substratos distintos de enfrentamento, especialmente porque o cenário social é paradoxal, onde contrastes e disparidades são incontestáveis. Ao contrário do que se preconiza, grupos étnicos e socialmente distintos convivem de forma desarmoniosa, onde cada um de seus componentes vivencia em seu cotidiano situações que refletem a desigualdade e onde o racismo tem incidido e feito suas vítimas.

De acordo com Geledés (2016, p. 9),

Reconhecer a existência dessa dimensão da desigualdade que tão profundamente estrutura nossa sociedade e nosso Estado é essencial para enfrentá-la. E reconhecer que ela se manifesta e se expressa em diferentes níveis, a partir de diferentes mecanismos, também é fundamental para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim como para Maria Lucia Silva, em (BATISTA & KALCKMANN, 2004, p. 130, destaca que:

O racismo institucionalizado é determinante no acesso diferenciado dos afro-descendentes aos equipamentos sociais e gera conflitos nas relações inter-raciais, provocando desigualdades na forma de inserção dos grupos racialmente oprimidos, com impactos perversos em sua dinâmica psíquica.

Sueli Carneiro (2002, p. 201) nos traz que “o movimento de mulheres negras emergiu introduzindo novos temas na agenda do movimento negro e enegrecendo bandeiras de luta do movimento feminista”. Deste modo, as organizações de mulheres negras desempenharam um papel fundamental na promoção de direitos dessas mulheres: por habitarem a base da pirâmide social do Brasil, logo aprenderam que precisavam se organizar, pois de outro modo não teriam como chamar a atenção do poder público para suas necessidades.

Ao se organizar e nos autorizar a falar, nosso enunciado por vezes divide nossa responsabilidade com quem ouve e, uma vez ouvinte, o lugar de ignorante não cabe mais. Sabendo disso, o colonizador passa a compreender que controlar a fala é uma forma de controlar o que se quer ouvir, e que é preciso controle por onde o anúncio se dá.

O silêncio encontra conforto na falta de solidariedade, na falta de eco em nossas falas que, por vezes, potencializa as formas de discriminação, gerando um

sentimento de desvalia da pessoa negra e de desconforto, pois os nossos elogios vêm racializados. De acordo com a psicóloga Lia Vainer Schucman (2012, informação verbal<sup>7</sup>) a própria psicologia há pouquíssimo tempo tem se debruçado em pensar estratégias para uma clínica antirracista.

Para isso trago duas autoras que aprendi a gostar muito nesse percurso, a primeira é Audre Lorde (2019, p. 54), pois fala da importância de expressarmos que a “visibilidade que nos torna vulneráveis e é também a fonte de nossa força. Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não”. A outra autora é Grada Kilomba, escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa, que muito bem discorre sobre as artimanhas do silêncio que, ao ser protegido, na realidade esconde o medo branco de que verdades sejam reveladas - evitando que sua zona de conforto seja abalada por verdades desconfortáveis. Pois quem fala presume que alguém a escuta e “a máscara re-cria este projeto de silenciamento, ela controla a possibilidade de que colonizados(as) possam um dia ser ouvidos(as) e, conseqüentemente, possam pertencer” (KILOMBA, 1997, p. 178).

No que se refere à saúde mental da população negra atendida por Maria Mulher, podemos perceber que, por muito tempo, houve um não olhar dos serviços de saúde da região, que escondia um racismo disfarçado de negligência quanto ao acesso destas mulheres aos serviços de saúde. A discriminação racial se reflete de forma mais destrutiva na saúde mental da população negra pela violência social, institucional e doméstica. Por isso, identificamos que o trabalho transgeracional que a Organização oferecia era fundamental para muitas famílias.

Desconstruir aquele imaginário naturalizado pela repetição de geração em geração é, sem dúvida, o maior legado que Maria Mulher oportunizou tanto às jovens e mulheres atendidas, quanto às profissionais e pesquisadoras que por lá passaram.

## 2.2 Marias pelo Brasil

Assim como Maria Mulher, outras organizações também se formaram com o mesmo viés de trabalho, instrumentalizando mulheres, adolescentes e meninas

---

<sup>7</sup> **Schucman , Lia Vainer.** Racismo e Branquitude. Comunicação oral durante o evento “Descolonizar a psicologia: contribuições para o enfrentamento ao racismo” na sede do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 25/05/2019. Disponível em <https://www.crprs.org.br/noticias/evento-debate-a-importancia-da-descolonizacao-da-psicologia-no-enfrentamento-do-racismo>. Acesso em 21/02/2021

negras para o enfrentamento ao racismo. Entre tantas organizações não governamentais (ONGs) pelo Brasil, destaco o surgimento de algumas que têm contribuído significativamente para a construção e o fortalecimento do movimento de mulheres negras brasileiro.

Uma das mais antigas, a Casa de Cultura da Mulher Negra (Santos/SP), está diretamente relacionada ao nome de Alzira Rufino, sua presidente que, em 1986, lançou a semente dessa entidade com a ativação do Coletivo de Mulheres Negras, organização que consolidou e ampliou seus objetivos iniciais que eram oferecer retaguarda completa e apoio jurídico à população de mulheres. Outro trabalho realizado pelas mulheres da Casa de Cultura da Mulher Negra que merece destaque é a publicação da Revista Eparrei, que tem contribuído para a superação do racismo no Brasil e disseminado o conhecimento e o empoderamento da população negra. Ao abrir espaço de forma pioneira às mulheres negras, a revista possibilita a construção de novos significados à história das afro-brasileiras e, conseqüentemente, interfere de forma decisiva no modo como estas são representadas, eximindo-as de preconceitos e estigmas aos quais vêm sendo associados ao longo dos anos (SANTOS, 2004).

Depois veio o Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 30 de abril de 1988, na cidade de São Paulo. A palavra Geledés é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás e expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade. Respeitando o significado do seu nome, Geledés foi pioneira na criação de um programa de saúde que promovia atividades no campo da saúde reprodutiva e prevenção à AIDS, servindo de exemplo para que diversos outros grupos assumissem a temática da saúde (GELEDÉS, 2016).

Também em São Paulo, mas com o foco nas relações de trabalho e contando com uma equipe de múltiplos profissionais, foi criado em 1990 o CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. O CEERT é uma ONG que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. Atualmente possui uma equipe de psicólogos, juristas, educadores, sociólogos, assistentes sociais e gestores de pessoal que faz

diagnósticos, elabora e implementa programas de promoção da igualdade racial em sindicatos, escolas, empresas e órgãos públicos (CEERT, s/d).

No Rio de Janeiro, o destaque é Criola – Grupo de Mulheres Negras, instituição da sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 02 de setembro de 1992, conduzida por mulheres negras de diferentes formações. Foi criada por um grupo de mulheres negras que pertenceu, anteriormente, ao programa de Mulheres do CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - e a diferentes organizações negras e instituições governamentais que atuavam em serviços de proteção à criança e ao adolescente. Criola tem seu trabalho basicamente focado na formação e informação, desenvolvendo atividades na área da saúde, violência, cultura e direitos humanos (CRIOLA, s/d).

Uma das mais novas, e não menos importante, é o Instituto AMMA Psique e Negritude (São Paulo/SP). Trata-se de uma organização não governamental cuja atuação é pautada pela convicção de que o enfrentamento do racismo, da discriminação e do preconceito se faz necessariamente por duas vias: politicamente e psicologicamente. Fundado em 1995 por um grupo de psicólogas, ativistas, comprometidas e familiarizadas com o enfrentamento político que constatou que somente a via política não era suficiente. Desde então, o Instituto tem buscado, por meio de formação e prática clínica, identificar, elaborar e desconstruir o racismo e seus efeitos psicossociais (AMMA, s/d).

Estas organizações de mulheres negras citadas acima podem ser consideradas como grandes influências nacionais que, junto com Maria Mulher, fazem a diferença na construção de uma sociedade mais equânime, incentivando a criação de organizações.

Em Porto Alegre, a Associação de Mulheres Solidárias da Vila Cruzeiro e Associação de Moradores da Vila Cruzeiro (AMOVICS), é uma dessas organizações que também oferece orientação sobre saúde da população negra, tais como; formas de prevenção da gravidez na adolescência, controle da natalidade e das várias formas de violência que as mulheres sofrem desde o nascimento, além das violências do cotidiano dos jovens que moram na região (AMOVICS, s/d).

Também em Porto Alegre, mas em outra região, o Sempre Mulher – Instituto de Pesquisa e Intervenção sobre Relações Raciais - possui um trabalho que, por

meio de estudos e pesquisas, identifica vulnerabilidades sociais e as possibilidades de superação das mesmas (SEMPRE MULHER, s/d).

Todas essas organizações, considerando suas especificidades, procuram contribuir para a construção de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em busca da desconstrução do racismo e da promoção de uma sociedade onde as mulheres negras sejam acolhidas e respeitadas, uma vez que o racismo é produtor de desigualdades.

### **2.3 O Solo das Marias**

Sendo psicóloga e profissional da área da Saúde, considerei bastante adequado apresentar o Solo das Marias a partir do Plano Municipal de Saúde da Cidade de Porto Alegre<sup>8</sup> vigente(2017). O Distrito Cruzeiro é formado por um conglomerado de vilas populares, alberga os bairros Medianeira e Santa Tereza, e compõe a chamada “Grande Cruzeiro”. Atualmente, encontra-se com o seu território em constante mudança em função de obras de melhoria da mobilidade urbana, o que gerou a necessidade de realocação de famílias e provoca inúmeros transtornos na região em função da demora das obras, como a ocorrência de alagamentos e esgotos a céu aberto. Desde o início da atuação de Maria Mulher a região é conhecida pela sua grande capacidade de articulação e participação popular, a qual se faz presente na luta em busca dos direitos humanos, e atualmente tem estado envolvida em ações de promoção à cultura da paz. Na região, residem 61.450 habitantes, sendo 28.773 (46%) homens, e 32.677 (53,2%) mulheres.(PMPA, 2017. P.238

De acordo com último Censo (BRASIL, 2010) a densidade demográfica é de 9.590,62 habitantes por km<sup>2</sup>, aproximadamente quatro vezes superior à registrada no município (2.837,52). No que se refere ao número de domicílios, esses totalizam 20.714, nos quais em 17% residem mais de 5 pessoas. No quesito raça/cor, 69,5% da população é autodeclarada branca e 30,8% negros, dados que expressam uma significativa diferença em relação ao município de Porto Alegre, o qual apresenta 20,2% da população composta por negros e confirma, em números, o que já apontávamos a partir dos atendimento que Maria realizava: a necessidade de oferta

---

<sup>8</sup> O plano municipal é um guia que descreve as prioridades e o planejamento de saúde dos municípios para um período de 4 anos, e para contextualizar descreve cada distrito sanitário a partir de seus dados epidemiológicos.

de cuidado a este grupo, de monitoramento das doenças e agravos mais prevalentes, assim como melhorar a preparação dos profissionais para esse atendimento.

Diante deste cenário populacional e social, Maria Mulher surge com uma proposta de trabalho compatível com a realidade encontrada, pois aliava ações de promoção da saúde da população negra à geração de trabalho e renda. Em média, o rendimento dos responsáveis por domicílio era de 3,83 salários mínimos, o que mostra uma grande concentração de renda e não reflete a realidade da maioria das famílias, já que 40,7% das famílias recebiam menos que um salário mínimo.

Os números da violência mais atuais que, a despeito de todo o trabalho desenvolvido não só pela Maria Mulher, mas como por outras organizações, não mudaram; mostram que, no ano de 2015 (PMPA, 2017) o distrito apresentou 85 mortes por causas externas, o que representa 12,8% do total de óbitos ocorridos no ano, correspondendo à principal causa de morte neste distrito e, destes, 58 são decorrentes de homicídios, o que pode nos sinalizar uma elevada exposição a fatores de risco, vulnerabilidade local e tráfico de drogas.

Destaca-se que entre os 58 homicídios, 67,2% são de pessoas brancas e 32,7% de negras, sendo a faixa etária mais acometida a de 15 a 29 anos (70,6%), e a sua grande maioria composta por homens (91,3%). Esses eram os dados que precisávamos considerar ao pensar qual tipo de trabalho seria ofertado a essa população, e à medida em que ele era desenvolvido fazia de Maria Mulher um espaço seguro para acolher tanto as mulheres quanto as jovens em situação de violência, seja ela de qual tipo for.

Outro dado importante indicado pelo último levantamento populacional de Porto Alegre é que, embora a cidade apresente índices de favelização inferiores a de outras capitais, nesta região há um elevado percentual de pessoas vivendo em moradias consideradas “aglomerações subnormais”<sup>9</sup>. Essas aglomerações abrigam famílias em sua maioria lideradas por mulheres e em sua maioria por mulheres negras.

---

<sup>9</sup> Aglomerado **Subnormal** é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação.

No início de seus trabalhos na região, Maria habitou parte do prédio do CIJ - Centro Integrado da Juventude, por um curto período de tempo, cerca de dois anos. Esse foi um tempo em que toda a atenção estava voltada para o acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica. Mais adiante foi ampliando sua atuação para outras realidades, passando a atender mulheres em vulnerabilidade social e jovens.

A partir de 2002, em virtude de uma parceria estabelecida com a Igreja Metodista, passou a ocupar o prédio que utiliza até hoje. Com isso, foi possível ampliar suas atividades e incluir oficinas permanentes com adolescentes, promovendo encontros temáticos e culturais, assim como atividades de lazer com essas jovens e mulheres.

Com as atividades desenvolvidas, atendendo crianças, jovens e mulheres da região, Maria Mulher tornou-se referência para essa população, seja pelas situações de violência cotidiana, pela violência doméstica ou até mesmo pela vulnerabilidade social. Oriundas de qualquer uma das vilas que compõem a Grande Cruzeiro, as pessoas atendidas eram encaminhadas por outros aparelhos (Unidades de Saúde, associações do bairro, Conselho Tutelar, etc.), ou por se identificarem com uma organização que oferecia um serviço de atendimento psicossocial, realizado integralmente por profissionais mulheres e negras.

Os afetos entre mulheres negras, a música e a escrita são espaços nos quais as experiências dessas mulheres são passíveis de adquirir centralidade para a produção de novos significados não apenas sobre seus próprios cotidianos, mas sobre a sociedade (BUENO, 2019, p.140).

Encontrar-se em espaços seguros, com uma proposta atenta e conectada com as suas necessidades, era a força motriz de muitas organizações. No Brasil, nessa época, as ONGs exerciam um papel fundamental na formação de muitos jovens, especialmente os que moravam em comunidades vulneráveis, e algumas têm, até hoje, um trabalho voltado à formação cidadã, promoção de saúde, prevenção de doenças e iniciação ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, uma organização de mulheres negras, como Maria Mulher, naquela região tinha um papel particularmente importante, exercendo uma função na formação da sociedade em especial no que tange às relações raciais e de gênero. Ser negro e mulher no Brasil, repetimos, é um objeto de tripla discriminação, uma

vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 1982, p. 97).

O trabalho de Maria Mulher dialoga com a fala da escritora Angela Davis que, em uma palestra promovida na cidade de Salvador-BA em 2017, disse: “quando vidas de mulheres negras importarem, teremos certeza que todas as vidas importam”. Essa tem sido uma das premissas que orienta o trabalho desenvolvido por Maria Mulher naquela comunidade, criando espaços para promover a cidadania de jovens e mulheres negras moradoras da região. Ao encontrarem em Maria Mulher um lugar protegido e com referenciais positivos, as jovens e mulheres sentiam-se acolhidas e fortalecidas.

Segundo Vânia Bonfim (p. 2009, p. 234), as características fenotípicas são reguladoras das relações sociais e dos comportamentos humanos. Sendo assim, quando falamos de mulheres negras em nossa sociedade, é preciso concordar com Sueli Carneiro (2014, s/p) que, em entrevista para a Revista TPM, disse que ser mulher negra é “experimentar essa condição de asfixia social”, pois para ascender necessitam escapar ora da opressão de gênero, ora da de raça, o que nos traz de volta ao ponto inicial que é pensar de que forma o trabalho dessas organizações de mulheres podem influenciar na construção de uma identidade étnica de jovens de modo a fazer com que se tornem mulheres protagonistas de suas histórias.

Definitivamente, Maria Mulher em meio à Grande Cruzeiro constitui, um aldeamento, onde quem chega encontra um olhar, uma escuta de alguém igual a si, oportunizando um tempo próprio para oxigenar suas ideias e se organizar ao buscar conhecer a realidade de famílias que momentaneamente passavam por algum tipo de conflito com a lei, uma situação de violência intrafamiliar ou social, nem sempre com sentido de dar uma solução, mas sim de promover uma reflexão acerca de tudo que aquela mulher estava passando e fazendo com que ela mesma encontrasse a melhor solução.

Considerando o cotidiano da comunidade, Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, chega com o foco inicial de conhecer a dinâmica daquelas famílias que por várias gerações moraram naquele território majoritariamente negro que foi se formando a partir do movimento de arrabalde das populações negras de Porto Alegre.

[...] a tradição sociológica de estudo das questões raciais no Brasil, que sempre deu ênfase às desigualdades socioeconômicas, tem explicado a desigualdade racial em termos das relações entre classe e raça, tendo como pano de fundo o que se pode chamar de condição inicial (OSÓRIO, 2009, p. 65).

Podemos falar da importância que o trabalho de grupos organizados, sejam ONGs, associações de bairros, instalações da Assistência Social da cidade que, em alguma medida, fazem a diferença na vida de jovens de uma comunidade ou de cidades. Não há como não falar da importância do protagonismo e da caracterização de Maria Mulher na mobilização de outras organizações de mulheres negras brasileiras para a promoção de trabalhos com olhar racializado, em especial no que se refere ao controle social.

Precedendo a Conferência de Durban - III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, no início dos anos 90 a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban organizou vários eventos preparatórios, construindo documentos e reunindo dados, chamando a atenção para a forma como as mulheres negras são tratadas na sociedade brasileira.

Portanto, temos que utilizar os espaços de formação cidadã, tais como essas organizações feministas de mulheres negras, que se mostram profícuos espaços de reflexão e discussão acerca dos problemas e necessidades enfrentados por tais mulheres, e também por estarem trabalhando as questões étnicas/raciais e estimulando essas mulheres a se colocarem, se posicionarem, se defenderem e lutarem por condições de vida melhor, para si e sua família. A luta por igualdade de oportunidades e direitos deve ser uma luta coletiva, e deve ter os interessados envolvidos diretamente neste processo.

Para a autora Chantal Mouffe (1999), no campo das identificações a partir de coletivos, o “outro”, “[...] que até então tinha sido considerado sob o modo simples da diferença, começa a ser percebido como aquele que nega minha identidade e questiona minha existência”. Tal diferenciação, seja étnica, religiosa, econômica etc., se torna eminentemente política, atravessada por tudo aquilo que nos implica socialmente.

A partir dessa articulação de interesses, o trabalho só pode fluir da melhor forma possível. E esse papel sempre foi das mulheres negras, segundo Bonfim

(2009): “respeitar a mulher negra no plano individual, como um ser humano protagonista, e no plano coletivo, como esteio social das coletividades humanas”.

Quando falamos de mulheres negras e as localizamos no Brasil, não há como não falar a partir dos atravessamentos de gênero e raça. Visões por onde elas mais têm sido estudadas. Seja pela participação ou não nos trabalhos que elas propõem, de alguma forma incide, positivamente ou não, na constituição da própria identidade enquanto mulher, jovem e negra.

Em suma, ao falar do solo de Maria, conhecê-lo a partir das histórias e vivências que chegavam até o corpo técnico e também do que nós víamos nas visitas domiciliares que realizávamos, ia pouco a pouco nos dando a compreensão exata do que era viver ali e do papel que Maria tinha. Nas considerações da filósofa, mestra e doutora em Educação, Adilbênia Freire Machado (2020, p. 6): “somos uma grande teia, onde passado e presente movimentam-se continuamente na busca da construção de um futuro melhor”. E assim, no ir e vir da construção dessa teia por meio dessa “escuta ancestral”, vamos reconstruindo novas formas de vida na busca do bem viver.

### CAPÍTULO 3

## MARIAS EM RODA

Cadê Obá

Quem foi, quem foi, quem foi  
 Foi no terreiro e rodou  
 Depois, depois  
 Que bateu cabeça agradou  
 Tem mandinga feita pra yoyô  
 Cadê mandinga feita pra yayá  
 Se você sabe do banho de abô  
 Cadê riqueza? Se mandou!  
 Diga, diga, liga pra mamãe  
 E deixe a dica do babalaô  
 Que brincadeira tô querendo eu  
 Cadê você nesse chega ou não chega  
 Obá! Obá! Obá, Obá!  
 Obá! Obá!  
 Obá vai te levar  
 Cadê obá!

**Davi Moraes / Carlinhos Brown**

Acompanhar a riqueza dessas experiências me fez pensar: de que forma reconectar as mulheres de hoje com as jovens que foram no passado? Como escolher uma metodologia que abrangesse tantas vivências? Ao pensar sobre a escolha de uma metodologia, senti necessidade, primeiramente, de estabelecer qual abordagem contemplaria melhor esse resgate.

A abordagem que eu considerei estar mais de acordo foi a afroperspectividade, porque ela localiza minha pesquisa em um espaço sem delimitar os lugares de saber, partindo da premissa de que se afrocentricidade é “conscientização sobre a agência dos povos africanos”, aqui entendida a partir de Molefi Kete Asante (2009, p. 94), e a Agência, também segundo o mesmo autor, é “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para avanço da liberdade humana” (idem), isso fala muito do trabalho de Maria Mulher, especialmente do trabalho com as jovens.

Dito de outro modo, a oficina com adolescentes fazia parte da linha de atuação que cuidava da construção da cidadania de meninas e adolescentes, e como fazer isso, senão com a conscientização de seu lugar enquanto jovem, negra e periférica?

Essa compreensão se dava por meio do conhecimento, apresentando-lhes possibilidades de ascensão social as quais elas não se permitiam por não se sentirem com uma autoestima fortalecida o suficiente.

Por tudo isso, a filosofia afroperspectivista me pareceu a abordagem mais pertinente para balizar minha pesquisa. Segundo o filósofo, professor e pesquisador Renato Nogueira em entrevista ao site Geledés (2015):

Por Filosofia afroperspectivista ou Afroperspectividade defino uma linha ou abordagem filosófica pluralista que reconhece a existência de várias perspectivas, sua base é demarcada por repertórios africanos, afrodiaspóricos, indígenas e ameríndios. O que denominamos de Filosofia afroperspectivista é uma maneira de abordar as questões que passam por três referências: 1ª) Afrocentricidade; 2ª) Perspectivismo ameríndio; 3ª) Quilombismo [...].

Considerando então a afroperspectividade, parto em busca da metodologia que melhor conversa com essa abordagem e encontro a roda enquanto estratégia metodológica. Ainda segundo Nogueira (2015):

[...] A Filosofia afroperspectivista usa a roda como método, um modelo de inspiração das rodas de samba, candomblé, jongo e capoeira que serve para colocar as mais variadas perspectivas na roda antes de uma alternativa ser alcançada.

Para além disso, esta escolha me pareceu a mais viável, na medida em que, a partir de suas linhas de atuação, Maria Mulher tem como missão institucional a defesa dos direitos humanos das populações marginalizadas e excluídas, em especial de afro-descendentes, e o combate às discriminações sexista, étnico-racial e social. No mesmo sentido, a roda também está intimamente ligada com essa possibilidade de criação de espaços de cidadania, inaugurando a produção de sentidos para histórias e desiguais relações de gênero (SAMPAIO et al, p. 1303, 2014).

Na busca da manutenção de Maria como espaço seguro em uma perspectiva afrodiaspórica, podemos dizer que Maria Mulher resgata valores da Sociedade de Elekô, também comandada por mulheres guerreiras. Assim como Maria trabalhava pelo enfrentamento ao racismo, machismo e sexismo e na defesa de meninas e mulheres que passaram ou estavam passando por situações de violência doméstica, Elekô, por meio de sua principal representante, a Orixá Obá, reunia “mulheres, que por vários séculos sofreram perante o poder masculino” (CAETANO JR, 2013).

Por tudo isso, com tantas semelhanças, inspirada por Obá, me apoio metodologicamente na roda, tendo uma organização de mulheres negras, onde as

colaboradoras também negras, só favoreciam com que a roda girasse. Ver suas semelhantes em um outro lugar que não o que estavam habituadas, fazia daquele espaço um local seguro para o desenvolvimento de uma identidade racial entre aquelas jovens.

[...] no conforto das conversas cotidianas, em momentos mais sérios e nos bem-humorados, às afro-americanas, como irmãs e amigas, reafirmam a humanidade, o caráter singular e o direito de existir uma das outras (COLLINS, 2019, p.188).

A vida em um coletivo de mulheres negras oferecia a elas não somente a oportunidade de compartilhar suas histórias de vida, mas também de ressignificar suas crenças e, por ser uma organização de mulheres negras, elas tinham a oportunidade de refletir entre iguais sobre suas escolhas de vida e profissional e quem sabe assim repensar sobre outras escolhas.

Ao proporcionarmos uma escuta às experiências das jovens, tendo como ponto de partida o relato das vivências que compuseram suas histórias, evidenciamos um dos princípios mais importantes que trouxemos de África: a Oralidade, e, deste modo, também fazemos delas agentes produtoras de conhecimento.

Tradições orais materializam-se em organizadas palavras comunitárias, uma espécie de enciclopédia da palavra oral, produzida, transmitida e renovada em fazer-se contínuo do corpo e da comunidade (ANTONACCI, 2013, p. 37).

Como bem diz Petronilha Silva (1998, p. 7), “as fontes mais genuínas de conhecimento sobre as mulheres negras são elas mesmas”.

Na roda resgatamos um dos maiores princípios africanos, a oralidade, resgatando a oralidade utilizamos as falas, os registros de memória das crianças e das pessoas que estão nela, numa confluência de diálogos onde cada um identifica algumas relações no seu próprio ciclo de vida com a cosmovisão africana. Nas conversas realizadas nas rodas, evidenciamos sentidos, necessidades, angústias que não se referem apenas ao espaço do corpo negro, mas dos diferentes sentidos que trazem lembranças de territórios ocupados por ele no ciclo da vida (RUFINO, 2013, s/p.).

Para Renato Nogueira (2017, p. 410), “a roda é a possibilidade de assumir que o conflito é inerente às relações humanas e que devemos trabalhar em prol de alternativas coletivas, [...] a roda encarna a ideia de que todas as pessoas têm um lugar”. Se a roda é um excelente instrumento para expressar a singularidade da experiência, epistemologicamente, a oralidade é uma importante fonte de conhecimento.

Por se tratar de uma organização de mulheres negras, como não me amparar nas tradições africanas? Segundo a filósofa Katiúscia Ribeiro (2020),

[...] o poder do feminino, constituído na natureza e no corpo das mulheres, interliga-se com a parte masculina e, nesse encontro, produz a manutenção da vida, sendo revestido por um valor sagrado. Esse valor faz parte da roda cíclica da existência, que busca o equilíbrio dinâmico, necessário para pensar o fortalecimento do povo preto na sua matriz germinativa de enfrentamento aos massacres colonialistas e ao epistemicídio (de acordo com a filósofa Sueli Carneiro). Ou seja, a força biomítica (biológica e divina) restabelece dentro da comunidade o segredo, o sagrado social, econômico e político que garantirá a resistência e a sobrevivência do povo preto na dispersão da diáspora.

A vivência coletiva junto a outras pessoas com histórias de vida próximas às experiências que se vive ou viveu, mesmo que com desfechos diferentes, faz com que possamos nos fortalecer na potência do outro. Afinal, como diz Lélia Gonzalez (1988, apud BARRETO, 2019), “a gente não nasce negro, a gente se torna”, e nesse processo, boas práticas e boas experiências nos ajudam a sobreviver, nos orientam na busca do bem viver e na continuidade de nossas vidas.

Sendo assim, ao reviver por meio da oralidade aqueles momentos das oficinas com as jovens, foi possível fazer com que elas refletissem sobre suas escolhas de vida, profissional e de autocuidado. Acolher essas diferentes perspectivas dá ainda mais sentido à roda enquanto método, pois ela consegue incluir diferentes visões de mundo sem enrijecê-las, considerando que somos únicos em nossa pluralidade de conflitos, consensos e crenças.

Então, veio a pandemia e a minha proposta metodológica sofreu um abalo, uma vez que não seria possível reunir as jovens participantes desta pesquisa. Foram tempos difíceis; rever prazos, pensar outras possibilidades de dar andamento à pesquisa, enfim, criar outras formas de fazer a roda girar.

O luto pela possibilidade da metodologia perdida passou por todas as suas fases, inicialmente a crença de que não precisaria mudar nada porque em breve tudo ia passar; conforme o tempo foi transcorrendo, as restrições recrudescendo, restou reunir-me com a orientadora para pensar outras alternativas e rever os prazos. Havia a sensação de que a pesquisa não seria mais a mesma e de que seria preciso inventar outras formas de fazer a roda voltar a girar.

A realização de encontros virtuais seria uma possibilidade durante a pandemia. Mas várias questões se colocavam: como garantir um espaço de

acolhimento e privacidade para as conversas *online*? Então, com a ampliação dos prazos pelo Programa de Pós-Graduação e a ansiedade medicamentosamente sob controle, aguardei as restrições abrandarem para realizar os encontros presenciais.

A forma de análise do produto gerado a partir desses encontros presenciais buscou inspiração no afroperspectivismo para auxiliar na compreensão daquelas experiências. Consideramos que essa abordagem proporciona uma aproximação com o tema e permite analisar as particularidades e as experiências singulares das jovens.

Aquela jovem profissional da área da saúde mental que juntamente com elas compartilhou as atividades formativas e práticas oferecidas por Maria Mulher, hoje pode escrever essa experiência.

Escrever significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas (SOARES; MACHADO, 2017, p. 206).

Escrever é, portanto, o conceito que melhor abarca todas as histórias resgatadas nos encontros com as jovens participantes. Não se trata de um simples descrever de fatos, mas do resgate de fragmentos da vida a partir de trocas realizadas.

[...] escrevivência como ferramenta metodológica tem um motivo que merece destaque entre os já elencados. Ela se presta a uma subversão da produção de conhecimento, pois, além de introduzir uma fissura de caráter eminentemente artístico na escrita científica, apresenta-se por meio da entoação de vozes de mulheres subalternas e de sua posicionalidade na narração da sua própria existência (SOARES; MACHADO, 2017, p. 207).

O contato com as participantes foi realizado por meio de telefonemas e também mensagens de texto. O protocolo da pandemia e os compromissos de trabalho e familiares das participantes permitiram que nos encontrássemos em dois momentos. Cada encontro teve a duração média de 2h30min e contou com a participação de quatro jovens.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), foi lido coletivamente antes de cada encontro, preenchido e assinado por cada jovem. Nele consta explicações sobre a pesquisa, apresenta a inexistência de conflitos de interesse entre a pesquisadora e as participantes, além de garantir o sigilo das informações coletadas e a confidencialidade dos dados.

Em relação aos cuidados éticos na pesquisa, o anonimato das entrevistadas foi preservado. O sigilo e a confidencialidade dos dados foram garantidos, e as participantes foram informadas de que não haveria prejuízo em participar da pesquisa e que poderiam desistir de participar da mesma a qualquer momento.

Todos os encontros foram realizados na sede da instituição, após autorização da Coordenação Executiva (Anexo B).

## CAPÍTULO 4

## TRAÇOS E TROCAS DE MEMÓRIAS E AFETOS: CONVERSÇÕES DAS MARIAS

Eu  
sou uma mulher negra  
alta como um cipreste  
forte  
além de qualquer definição ainda  
desafiando lugar  
e tempo  
e circunstância  
agredida  
inacessível  
indestrutível  
Olhe para mim e renove-se

**Mari Evans**<sup>10</sup>

Foi em uma bandeira laranja<sup>11</sup> que a roda começou a girar. Sim, que bom que a pandemia deu uma trégua e permitiu que o grupo se reunisse para que a troca acontecesse aos sábados à tarde. Na roda giraram quatro jovens mulheres negras que estiveram nas oficinas para as adolescentes, em tempos diferentes e em épocas diferentes.

Hoje, todas na casa dos 30 anos, apresentam realidades diferentes. Uma está em seu segundo casamento e é mãe de uma linda menina de 8 meses. Outra é mãe solo e orgulhosa de suas conquistas; a terceira também tem um filho e está noiva do atual namorado e a quarta participante, está solteira e não tem filhos. Independente do caminho seguido, todas lembram com carinho do tempo em Maria, e do quanto um trabalho como aquele fez diferença para suas vidas. Especialmente pela possibilidade de conhecer outros espaços, outros modos de viver e de compartilhar as transformações em suas vidas pessoais e profissionais.

Embora existam outras possibilidades, elas percebem os jovens de hoje menos implicados socialmente do que elas eram naquela época. Na sequência trarei alguns trechos, entre aspas e em itálico, de suas falas e as identificarei com a primeira letra de seus nomes, seguido da idade.

<sup>10</sup> Mari Evans - I Am a Black Woman (Eu sou uma mulher negra).

<sup>11</sup> O sistema de bandeira por cores foi utilizado durante a pandemia do COVID19 para sinalizar o nível de risco de contágio, no caso, na cidade de Porto Alegre a Bandeira laranja sinalizava risco médio de contágio, onde algumas atividades coletivas, com até 10 pessoas, poderiam ocorrer.

No Maria o acolhimento era familiar, o acesso poderia ser pela jovem, mas a família era convidada a participar junto, ou eles vinham porque as mães já participavam da organização e traziam as/os filhas/os para também participar. O vínculo que se formava era muito forte, *“a gente acordava e já dizia: hoje é dia de Maria”* (LL, 32).

Maria oferecia um trabalho que visava, para além do fortalecimento pessoal de cada adolescente, promover também o vínculo com suas famílias, gerando o respeito entre a jovem e a instituição e nas suas relações familiares: *“eu quero dar pra minha filha a mesma educação que eu tive”* (FR, 31). A promoção da autoestima que era um dos eixos norteadores dos trabalhos na Organização, fizeram com que cedo fosse possível experienciar outros locais jamais antes imaginados de serem frequentados: *“eu lembro que a Cris<sup>12</sup>, um palco cheio, no prédio da História, na PUC e ela diz que trouxe uma jovem da Cruzeiro pra fazer um relato [...], e era eu”* (AC, 32).

A formação cidadã incentivava um olhar para a sociedade a fim de vislumbrar lugares possíveis de elas ocuparem. A segurança de pertencer a uma Organização as deixava fortalecidas o suficiente para compartilharem com outras seus aprendizados.

*“Dividir. Aqui em Maria eu aprendi a dividir. A gente ganhava ajuda de custo e já voltava pra casa pensando no que podia ajudar em casa. Se fosse hoje eles sairiam daqui e gastariam tudo em kit<sup>13</sup>”* (LL,32). Por ser um local seguro e compartilhado com as famílias, os laços se fortalecem entre as jovens e seus mais velhos.

O exercício de pertencer ao mundo e ser grata pela vida, nos desfazendo diariamente das inferiorizações que o racismo, o patriarcado, o epistemicídio, o genocídio e o feminicídio nos impõem. Ter o conhecimento como cura e assim, potencializador da nossa força (energia) vital que nunca é única, pois carrega uma comunidade inteira (MACHADO, 2020, p. 5).

É claro que a contextualização no tempo histórico fica muito perpassada pelo momento pandêmico que estamos vivenciando, mas ainda assim elas apontam algumas questões importantes sobre aquela experiência e seus efeitos em suas

---

<sup>12</sup> Cris – Maria Cristina Ferreira dos Santos, bióloga e ativista do movimento social negro desde os anos 1970. Terapeuta floral, é uma das fundadoras de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras.

<sup>13</sup> Kit – bebida preparada com a mistura de vodca com energético (pode ser usado também refrigerante de limão etc.).

vidas: “Saber fazer escolhas, não se deixar influenciar pelos outros, e às vezes dizer não: não quero fazer, não quero falar, ter essa voz própria tua, de ser quem tu és, mesmo entre grupos” (MB, 33). Nessa fala encontramos uma forma de tradução daquela formação cidadã citada anteriormente: é mais do que se posicionar, é defender o seu entendimento da situação, mesmo que seja para impor um limite, ou para defender uma ideia: “a gente já chegava no Maria fazendo o título, tirando foto pra identidade” (LL, 32).

Exatamente porque, a meu ver, ela resgata o pensamento de outra mulher extraordinária, Simone de Beauvoir, quando esta afirma que a gente não nasce mulher, mas se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc., mas se tornar negra é uma conquista) (GONZALEZ, 2020, p. 357).

Nesse sentido, as organizações de mulheres negras desempenham um papel fundamental em tais conquistas, como já dito anteriormente, ao organizar esses espaços seguros com um escuta atenta e qualificada.

Essa escuta privilegia o corpo como produtor de sentidos, de conhecimentos, corpo ancestral, assim re-conhermos suas singularidades diante do coletivo que permite nossa existência. Nosso corpo é suporte de nossas vivências, experiências e sabedorias, de nossos sentidos, ele cria textualidades, reinventando a vida, potencializando o encantamento (MACHADO, 2020, p. 5).

Pelos relatos, o empoderamento que aprenderam em Maria é que faz a maior diferença em suas vidas: “hoje eu sou uma mulher muito mais segura. Antes, se eu dizia que gostava do azul, ficava com medo de magoar quem gostava do amarelo. Hoje eu não dou bola mais pra isso” (FR, 31).

Entender que somos únicas em uma pluralidade está intimamente ligado ao fortalecimento da autoestima. O feminismo defende a emancipação e o empoderamento das mulheres a partir do pensamento social marxista, tornando a sociedade mais equitativa, assim como a teoria *queer* se opõe ao heterossexismo, buscando também novas formas de justiça social. “A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as estadunidenses negras coletividade quanto para outros grupos oprimidos” (COLLINS, 2019, p. 43).

Nos anos que transitei em Maria, mais de um centena<sup>14</sup> de jovens passaram pelas oficinas e deixaram inúmeros produtos que contam um pouco da história do trabalho da Organização com as jovens. A cartilha produzida pelo projeto de Jovens Lideranças trabalhou temas importantes para as jovens, tais como a gravidez na adolescência. Esse trabalho também ampliou a área de atuação de Maria para além da Grande Cruzeiro e envolveu jovens do Quilombo dos Alpes, de um bairro vizinho.

Também tiveram outros produtos que levaram a imagem das adolescentes para as mídias: um foi uma fotonovela - *No Foco da Vida* - escrita e encenada pelas jovens abordando as vulnerabilidades e situações de risco da juventude em geral e da juventude negra, em especial as que vivem em regiões de exclusão social. O outro foi um documentário, de acordo com a jornalista e *videomaker* Mirela Kruehl Bilhar (2006, p.17), “a Oficina Pesquisa e Ação tinha como principal objetivo fomentar o interesse entre as adolescentes da ONG no que se referia a produção audiovisual”. Assim, as jovens ficaram encarregadas da pesquisa e criação de um documentário e o tema escolhido foi a cultura afro-brasileira dentro da sua comunidade. Elas foram apresentar esse trabalho em Salvador e participaram de uma reportagem para o jornal local. Assim era pra elas o Maria: um espaço de trocas e aprendizados.

*“Aqui era um lugar que a gente podia vir só pra conversar”* (MB, 33).

*“Foi em Maria que eu aprendi qual era o meu lugar na sociedade, aqui eu aprendi a ter voz”* (FR, 31).

O agenciamento dessas jovens é o maior legado que Maria Mulher poderia dar àquela comunidade, fazendo daquelas jovens protagonistas de suas próprias histórias e dando a elas não só autonomia, mas um lugar para onde voltar e para onde quisessem ir.

[...] agência é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana. Em uma situação de falta de liberdade, opressão e repressão racial, a ideia ativa no interior do conceito de agente assume posição de destaque (ASANTE, 2009, p. 94).

*“Pensando no que eu levei de Maria... eu me mudei fazem 7 meses, minha casa fica no Pantanal, que é um lugar que dá tiro, mas eu não me importo é minha casa, é meu teto e quando eu olho em torno eu penso o que eu posso fazer pra*

---

<sup>14</sup> Digo centena, pois o número exato não foi possível resgatar com precisão devido às mudanças estruturais em sua sede, que a instituição sofreu com as obras na malha viária da região, e seus documentos oficiais não estavam acessíveis.

*melhorar esse lugar?*” (AR, 31) Enfim, fazer do lugar possível de morar, o melhor lugar possível, de se orgulhar dele. Esses são apenas alguns dos registros do tempo em que elas passaram por Maria Mulher, e que explica minimamente o carinho com que elas falam deste período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### *MARIA, MARIA: UMA FORÇA QUE NOS ALERTA*

Para ela, escrever era como escutar boa música sentimental. Não estava interessada em saber se o livro seria ou não publicado; só lhe importava o fato de ter escrito um livro.

**Buchi Emecheta**<sup>15</sup>

Esses escritos marcam o final de um linda jornada que iniciou em julho de 2018, despretensiosamente, quando prestei a seleção para o mestrado no Instituto de Psicologia. Como eu costumava afirmar “se for para fazer o mestrado, que seja na Federal”, intimamente era o meu maior desejo. Essa semente foi plantada durante o percurso que vivi na Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras; germinou, se desenvolveu e cá estou eu trazendo o fruto dessa jornada.

O objetivo foi trilhar o percurso necessário para desvendar o processo colaborativo que uma organização como Maria Mulher promove para a construção de traços identitários entre as jovens negras moradoras da região da Grande Cruzeiro, a partir de sua participação nas oficinas de adolescentes. Trilhar esse percurso foi também um processo de profundo resgate da minha própria formação enquanto mulher negra, profissional da saúde mental e militante do movimento de mulheres negras.

Pois bem, voltar os olhos para meu percurso formativo enquanto mulher negra posso dizer que foi o que me motivou, e quando digo percurso é todo ele mesmo, pois foi ali, em meados de 2004, ao iniciar minha caminhada em Maria, que também tem início a minha construção como mulher negra.

Por isso, considero muito importante esse trabalho. Assim ele foi se moldando, com o resgate de conceitos balizadores de minha prática clínica e acadêmica - gênero, raça e classe. O tempo que passei na graduação tinha me preparado para segmentar minhas pesquisas por gênero, como se a raça e a classe não importassem.

Então, nas reuniões formativas de quartas-feiras à tarde, atividade obrigatória para o corpo técnico e estagiárias, fui aprendendo a incluir os dados de raça e classe. Isto posto, surge uma psicóloga militante do movimento de mulheres negras, mas que ainda tinha mais coisas para aprender.

---

<sup>15</sup> Excerto do do livro *Cidadã de Segunda Classe*, da escritora nigeriana Buchi Emecheta.

Ampliando meu aprendizado sobre o racismo e suas formas de atuação sobre a saúde da população negra, começo a voltar meu olhar racializado para as formas de adoecimento psíquico. Jurandir Freire Costa, no prefácio de *Tornar-se Negro* (1983), ilustra com perfeição que formas são estas no trecho que segue:

O pensamento negro é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor de pressão racista. [...] Nesta busca nostálgica da satisfação perdida, o sujeito esbarra-se, é inevitável, com a decepção. O prazer esperado, moldado pela lembrança do objeto ideal de outrora, jamais encontra na realidade o objeto adequado à fantasia. Todo objeto substituto do objeto primordial será falho, imperfeito, limitado. O desejo está fadado à incompletude (COSTA, 1983, p. 8).

Para finalizar, Costa coloca que: “Diante da dor, o que interessa é recompor a integridade do aparelho psíquico esgarçado pelo estímulo excessivo” (idem). Este livro foi por muito tempo o meu livro de cabeceira, e esse prefácio dá muito bem o tom do livro que, particularmente, foi e continua sendo fundamental para minha formação enquanto psicóloga clínica antirracista.

No entanto, sendo Maria uma organização de mulheres negras e feministas, precisei revisitar autoras que também participaram das tais quartas-feiras formativas e outras que conheci no mestrado como, por exemplo, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Cada uma do seu lugar foi me apresentando como é o pensamento feminista negro e neste trabalho trago alguns desses aprendizados.

Sem sombra de dúvidas, reencontrar as meninas foi a melhor parte. Sim, eu entendo que não se tratam mais de meninas, são mulheres, com histórias de vida ímpares, e tudo que estudei para me preparar para aquele momento, sem saber, elas conseguiram traduzir por meio de suas histórias e memórias.

Considerando que a identidade, a partir de uma perspectiva sociológica, é construída entre o eu e a sociedade (HALL, 2006, p. 11), proporcionar uma formação cidadã fortaleceu-as enquanto protagonistas de suas histórias. Além de oferecer a elas alternativas através das quais elas puderam ressignificar sua cidadania e melhorar suas condições sociais e financeiras, por meio do estabelecimento de estratégias de autocuidado que contribuíssem para suas escolhas de vida e profissionais. Agora formadas, umas pela vida, outras pela academia, mas todas com a marca indelével de Maria.

Aliás, como elas mesmas disseram: *“Uma vez Maria, sempre Maria!”*

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA CRUZEIRO (AMOVICS). **Sobre**. Disponível em: <<https://amovics.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.
- BARRETO, Raquel. Uma pensadora brasileira. Edições, 247. **Revista Cult**. 3 de julho de 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/lelia-gonzalez-perfil/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-249.
- BATISTA, Luís Eduardo e KALCKMANN, Suzana (Org.) Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. 232 p
- CAETANO JR, Vilson. Obá, líder da sociedade Elekô comanda todas as mulheres guerreiras. Patrimônio Cultural, Questões de Gênero. **Portal Geledés**, 28 de abril de 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/oba-lider-da-sociedade-eleko-comanda-todas-as-mulheres-guerreiras/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).
- CASTRO, Susana de. O feminismo decolonial. Edições, 248. **Revista Cult**, 31 de julho de 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-feminismo-decolonial/>>. Acesso em 28 fev. 2021.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (doutorado PPGNEIM Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: . Acesso em: 20 ago. 2020.
- \_\_\_\_\_. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. O movimento negro no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 209 - 215, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

\_\_\_\_\_. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod\\_resource/content/0/Carneiro\\_Feminismo%20negro.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf)>. Acesso em: 29 jul 2019.

\_\_\_\_\_. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, N.S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 8-16.

CRIOLA. **Quem somos**. Disponível em: <<https://criola.org.br/onepage/quem-somos/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

DAVIS, Angela. Discurso durante a conferência de abertura da Escola de Pensamento Feminista Negro, em 17 de julho de 2017. Cachoeira-BA.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A produção escrita das mulheres negras. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, p. 131-141, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GELEDÉS. Missão Institucional. **Portal Geledés**, 10 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra; CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. (2013). **Guia de enfrentamento do racismo institucional**. São Paulo: Geledés; Cfemea. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Revista de Estudos de Literatura**, [S.l.], v. 9, p. 38-47, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1983.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

\_\_\_\_\_. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Org. Flavia Rios e Marcia Lima. Companhia das Letras, 2020. Ebook.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE (AMMA). **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em 28 fev. 2021.

KILOMBA, Grada. A Máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. – n. 16, p.171 - 180. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

LIMA, Juliana Domingos de. **Conceição Evaristo**: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’. Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 27 set. 2020.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUERA, Renato. Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza. Entrevista concedida a Tomaz Amorim Do Negro Belchior. Artigos e Reflexões. **Portal Geledés**, 12 de julho de 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Entre a linha e a roda: infância e educação das relações étnico-raciais. **Magistro Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes** – UNIGRANRIO, Rio de Janeiro, v.1, n.15, p. 398–419, 2017.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008, p. 65-95.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. **Mulheres negras**: reflexões sobre identidade e resistência. Disponível em:

<<http://www.espacoacademico.com.br/026/26rpraxedes.htm>> Acesso em: 20/02/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (PMPA). **Plano Municipal de Saúde de Porto Alegre**. 2017. Disponível em:

<[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu\\_doc/plano\\_municipal\\_de\\_saude\\_-\\_pms\\_2018-2021\\_-\\_revisado\\_em\\_16\\_01\\_18.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/plano_municipal_de_saude_-_pms_2018-2021_-_revisado_em_16_01_18.pdf)>. Acesso em: 25/03/2021.

RIBEIRO, Katiúscia. Mulheres negras e a força matricomunitária. Edições, 254.

**Revista Cult**, 27 de janeiro de 2020. Disponível em:

<<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-negras-e-a-forca-matricomunitaria/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas** nº 3(2), Florianópolis-SC, UFSC, 1995, pp.446-458.

RUFINO, Patrícia Gomes. **Circularidade**: Discutindo inclusão nas perspectivas da educação das relações étnicos-raciais (ERER) afro-brasileiras. Disponível em:

<http://www.acordacultura.org.br/artigos/15102013/circularidade-discutindo-inclusao-nas-perspectivas-da-educacao-das-relacoes-etnicos-raciais-erer-afro-brasileiras>

SAMPAIO, Adriana Soares. Corpo, raça e psicologia: repensando o silêncio dos justos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**

(ABPN), [S.l.], v. 10, n. 24, p. 198-215, fev. 2018. Disponível em:

<<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/581>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney Costa; AGOSTINI, Marcia; SALVADOR, Anarita de Souza. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 18 (Supl. 2), 1299-1311, 2014.

SANTOS, Marcio André dos. **Negritudes posicionadas**: as muitas formas da identidade negra no Brasil.

<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/download/600/513>

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades** – Ano 2 - n. 5 - Maio. 2009.

SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs mulheres negras no Brasil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v.12, n. 2, p. 275-288, 2009. Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/ongs-demulheres-negras-brasil/>> Acesso em: 12 dez. 2020.

SEMPRE MULHER - INSTITUTO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO SOBRE RELAÇÕES RACIAIS. **Quem somos**. Disponível em:

<<https://institutosemprmulher.wordpress.com/quemsomos/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. "Chegou a hora de dar a luz a nós mesmos": Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, p. 7-23, julho de 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621998000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 ago. 2019.

SHUCMAN, Lia Vaner. Palestra proferida no evento "**Descolonizar a psicologia: contribuições para o enfrentamento ao racismo**". Núcleo de Relações Raciais/CRPRS, 25/05/2019 em Porto Alegre.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X201700020002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201700020002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 fev. 2021.

STOLCKE, V. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro Asiáticos**, (20): 101-119, junho de 1991.

## ANEXOS

### ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E  
INSTITUCIONAL**

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa proposta por Glaucia Maria Dias Fontoura, aluna de mestrado do Programa de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, sob a orientação da professora Rosane Azevedo Neves da Silva.

Essa pesquisa tem o objetivo de conhecer os efeitos que a participação no Grupo de Adolescentes de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras produziram nas escolhas de vida das jovens que participaram do mesmo.

Como faremos a pesquisa? Em um grupo, mensal, vamos conversar sobre a experiência de ter participado do Grupo de Adolescente nos anos de 2004 a 2010. E, através do resgate de memórias, avaliar as implicações daquelas vivências na construção de suas identidades. Tudo será feito em grupo e cada uma irá participar da forma como se sentir à vontade.

Quais são os riscos de participar da pesquisa? A participação nesta pesquisa tem risco mínimo. Caso ocorra algum incômodo ou situação adversa durante a realização da pesquisa, a pesquisadora se compromete a fazer os encaminhamentos necessários.

Quais são os benefícios dessa pesquisa? A pesquisa poderá contribuir para resgate histórico de Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, e na produção de conhecimento sobre os processos identitários de mulheres negras.

Quais são os direitos de quem participa da pesquisa? Você pode aceitar participar ou não dessa pesquisa e todas as participantes têm direito de desistir de participar a qualquer momento.

A participação será anônima? Isso será decidido em conjunto. Se as participantes desejarem ser identificadas, seus nomes poderão aparecer na

pesquisa e na dissertação. Se preferirem ficar anônimas, poderão receber pseudônimos e se fará o maior esforço para que não possam ser identificadas por quem ler o texto.

O que será feito com o material da pesquisa? Os dados da pesquisa ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pelo período de cinco anos na sala 401 D do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Se tiver qualquer dúvida ou precisar de algum esclarecimento você poderá entrar em contato com as pesquisadoras pelos telefones: Glaucia Maria Dias Fontoura (51-993187060), Rosane Azevedo Neves da Silva (3308-5465) ou, ainda, na secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (3308-5698).

#### Aceite de Participação Voluntária

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, declaro que fui informada dos objetivos da pesquisa acima descrita e concordo em participar dela. Também recebi uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da participante

\_\_\_\_\_  
Glaucia Maria Dias Fontoura  
Mestranda do PPGPSI-UFRGS

\_\_\_\_\_  
Rosane Neves da Silva  
Professora do PPGPSI UFRGS

**ANEXO B - Termo De Concordância Institucional**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL**

Coordenadora Executiva da Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras

Eu, Maria Conceição Lopes Fontoura, abaixo assinado, responsável pela Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, autorizo a realização do estudo *Por que Maria? As contribuições da Maria Mulher Organização de Mulheres Negras na construção identitária de adolescentes moradoras da Região da Grande Cruzeiro*, a ser conduzido pelas pesquisadoras Glucia Maria Dias Fontoura e Rosane Azevedo Neves da Silva.

Fui informada, pela responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço a colaboração.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Coordenadora Executiva da  
Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras

\_\_\_\_\_  
Glucia Maria Dias Fontoura  
Mestranda do PPGPSI-UFRGS

\_\_\_\_\_  
Rosane Neves da Silva  
Professora do PPGPSI UFRGS